

---

## Trajetórias de pessoas sem fama: vida cotidiana em Mallet-PR (1912-1940)

### Trajectories of Common People: Everyday life in Mallet-PR (1912-1940)

---

Lucas Kosinski\*  
Hélio Sochodolak\*\*

#### Resumo

As fontes criminais associadas a outras como documentos do poder executivo, legislativo e jornais revelam possibilidades sugestivas para se escrever sobre a história das práticas do cotidiano. Tomamos como mote os processos criminais de homicídios e lesões corporais registrados no município de Mallet que teve suas origens no contexto da “ocupação territorial” do Sul do Paraná. Selecionamos as fontes desde a fundação do município em 1912 até 1940, coincidindo com relativa elevação de registros criminais. Nosso objetivo aqui é abordar a vida cotidiana malletense sob a luz das considerações teóricas de Michel de Certeau, especificamente das noções estratégias, táticas, espaços, lugares e trajetórias.

**Palavras chave:** Cotidiano; casos judiciais; história regional.

#### Abstract

Criminal records associated with other sources such as executive and legislative documents and newspaper articles reveal suggestive possibilities for writing about the history of everyday practices. We took as our focus the criminal cases of homicides and personal injuries registered in the municipality of Mallet that had their origins in the “territorial occupation” of southern Paraná. We selected sources from the founding of the municipality in 1912 to 1940, which coincides with a relative increase in criminal records. Our objective here is to approach the daily life of residents of Mallet in light of Michel de Certeau’s theoretical considerations, specifically the notions of strategies, tactics, spaces, places and trajectories.

**Keywords:** Daily life; judicial cases; regional history.

---

\*Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. E-mail: kosinski\_lucas@hotmail.com

\*\*Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor associado da Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: sochodo@gmail.com

## Considerações iniciais

A historiografia brasileira deu contribuições significativas para a história da violência e do crime através do emprego das fontes judiciais.<sup>1</sup> Mas ainda são pouco frequentes as histórias que contemplam as práticas cotidianas a partir de processos criminais. Mais que produzir descrições detalhadas e difusas, dissertar e refletir sobre o dia-dia das pessoas comuns é “pensar na solidez de palavras e de coisas, e as articulações entre palavras e coisas que fixam as relações legítimas e ilegítimas entre a ordem dos corpos e a ordem dos discursos”.<sup>2</sup>

Michel de Certeau em diálogo crítico com Michel Foucault em *A Invenção do Cotidiano*<sup>3</sup> observou a necessidade de se pensar como os sujeitos são constituídos para além das relações de poder que incidiam diretamente sobre os corpos. Foucault demonstrou em *Vigiar e Punir* como as práticas discursivas e não discursivas que compunham a sociedade disciplinar atuaram a partir de tecnologias que visaram uniformizar os corpos, padronizar os espaços, regular o tempo e, por conseguinte, formar sujeitos disciplinados, dóceis e propícios à produção.<sup>4</sup>

Assim, a escola produziu o aluno, a fábrica o trabalhador, o quartel o soldado. “Resta ainda perguntar o que é que acontece com outros procedimentos, igualmente infinitesimais, que não foram privilegiados pela história, mas nem por isso deixam de exercer uma atividade entre as malhas das tecnologias

---

<sup>1</sup> Referenciamos aqui alguns dos trabalhos pioneiros que já se tornaram clássicos. É o caso de *Homens livres na ordem escravocrata* (1969) obra em que Maria Sylvia de Carvalho Franco defende a tese de que a violência era um elemento substancial no cotidiano de homens livres e pobres paulistas e cariocas no século XIX. *Crime e Cotidiano* (1984) de Boris Fausto. Obra que apresenta as características dos crimes paulistanos praticados de 1880 a 1924, período de crescimento urbano e demográfico em São Paulo. FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924*. 1. ed. Editora Brasiliense, S. Paulo, 1984. *Trabalho, lar e botequim* (1986) por Sidnei Chalhoub que destaca a “violência vinda de cima”, praticada pelo Estado brasileiro ao formular leis que buscavam regulamentar a vida dos operários e constituir uma nova ética capitalista, e por outro, a “violência vinda de baixo” resultante de conflitos surgidos entre companheiros operários, graças às formas de competições raciais e nacionais no mercado de trabalho no Rio de Janeiro do início do século XX. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. reimp. da 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. *Crime e Escravidão* (1987) de Maria Helena Machado, estudo que articula as noções de disciplina e resistência de Michel Foucault com os crimes praticados entre senhores e escravos nas fazendas paulistas no século XIX. MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2018.

<sup>2</sup> DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.260.

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: Artes de Fazer. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da Prisão*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

instituídas”<sup>5</sup>, argumentou Certeau em sua crítica ao argumento foucaultiano. Tratam-se dos procedimentos minúsculos que jogam com a disciplina e não se submetem diretamente a ela. Esses procedimentos poderiam ser exemplificados através de duas noções complementares: a estratégia e a tática.

Conforme Certeau a estratégia é: “o cálculo ou a manipulação das relações de forças que se torna possível, a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (...) pode ser isolado”.<sup>6</sup> A estratégia pode ser compreendida como o uso racional de uma força que tem por objetivo o exercício do poder, tal qual a disciplina. Em oposição, o sujeito inventa a tática, “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”.<sup>7</sup> Na mesma dualidade complementar, o historiador produziu outras duas noções: o espaço e o lugar.

O espaço existe “(...) sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável de tempo”.<sup>8</sup> Pelos movimentos variáveis que neles se desdobram, por indeterminações e polivalências, diferente do lugar que é uma “(...) ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. (...) um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições”.<sup>9</sup> O lugar é uma configuração racional que subordina os elementos a uma determinação específica, e está para estratégia como o espaço para tática. Um elemento que transforma espaços e lugares é a trajetória:

A “trajetória” evoca um movimento, mas resulta ainda de uma projeção sobre um plano de uma redução. Trata-se de uma transcrição. Um gráfico (que o olho pode dominar) é substituído por uma operação; uma linha reversível (que se pode ler nos dois sentidos) dá lugar a uma série temporalmente irreversível; um traço a atos.<sup>10</sup>

Diariamente, as pessoas efetuam trajetórias que ora constituem lugares em espaços, ora convertem os espaços em lugares. As trajetórias também definidas por Certeau como “operações de consumo” configuram por vezes de formas despercebidas e até banais, diversas regiões de resistências cotidianas. Para além do sentido geográfico, entendemos a noção de regiões como espaços de práticas e relações de poder, espaços que comportam a multiplicidade de

<sup>5</sup> CERTEAU, op. cit., p. 93.

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 184.

<sup>9</sup> CERTEAU, op. cit., p.84.

<sup>10</sup> Ibidem, p.45.

interações humanas. Como também nos sugere o próprio Certeau: “A região vem a ser, portanto o espaço criado por uma interação. Daí se segue que, num mesmo lugar, há tantas regiões quanto interações ou encontro entre programas”.<sup>11</sup>

Em um sistema urbano, por exemplo, essas operações não cessam. Se por um lado, é possível discorrer sobre o discurso utópico urbanístico que constitui uma cidade através de uma definição racional do espaço e do tempo, que caracterizam a própria cidade como um sujeito universal e anônimo. Por outro lado, é possível detectar nesse espaço:

As práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem ao seu perecimento; seguir o pulular desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica se reforçam em uma proliferação ilegítimada, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis, mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos hoje atravancados da organização observadora.<sup>12</sup>

Detectar as “práticas microbianas” em um sistema urbanístico não é uma tarefa fácil, principalmente quando tratamos de um passado relativamente distante. Esse é o objetivo da presente “operação historiográfica”. Para atingi-lo, recorreremos à significativa documentação serial produzida pelo Poder Judiciário de Mallet-PR.<sup>13</sup> Pois, como sugeriu Marcos Bretas nos arquivos criminais: “Investigações e esforços são dirigidos para a apuração de fatos que podem ter explicações triviais, mas que durante a investigação permitem ou exigem olhar para a vida das pessoas e suas relações”.<sup>14</sup>

Atentos a essas relações, selecionamos os processos criminais de acusações de homicídios e lesões corporais no recorte de 1912 a 1940. Ficamos impressionados com a significativa quantidade de casos registrados nessas duas tipologias durante o período. Afinal, de um montante de aproximadamente 114 casos registrados da fundação do município em 1912 até o primeiro

---

<sup>11</sup> Ibidem, p.194.

<sup>12</sup> Ibidem, p.162.

<sup>13</sup> Um processo criminal assim como qualquer outra fonte escrita não expressa a realidade, mas sim um ordenamento da mesma. Por isso tornam-se válidas as considerações de Mariza Corrêa ao sugerir que os discursos presentes nas fontes se parecem com fábulas. CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: Representações Jurídicas de Papeis Sexuais*. 1 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Nos auxiliaram também: documentos do poder legislativo, documentos do poder executivo, recortes de jornais e fontes literárias.

<sup>14</sup> BRETAS, Marcos Luiz. As empadas do confeitiro imaginário. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-22, jan./jun. 2002, p. 6.

declínio de registros que ocorreu em 1940, 24,56% dos casos referem-se às denúncias de lesões corporais, 19,29% às denúncias de homicídios.

Em menor quantidade as denúncias de furtos, invasões de propriedades, estelionatos e extorsões correspondentes à 14,91% dos casos, 12,28% às denúncias de acidentes e incêndios, 8,77% às denúncias de agressões, 6,14% às denúncias de raptos e defloramentos, 4,38% às denúncias de exercícios ilegais de profissões, 4,38% às denúncias de desacatos, difamações, calúnias e constrangimento, 3,50% às denúncias de suicídios e 1,75% às denúncias de atentado ao pudor e embriaguez.<sup>15</sup>

Com as fontes selecionadas, partimos do pressuposto quantitativo de que os registros de homicídios e lesões corporais reúnem relatos fundamentais para discorrermos sobre aspectos da vida cotidiana malletense. Mas não descartamos de que as outras tipologias documentais possam também se revelar como alternativas para o estudo das práticas cotidianas.

A partir das fontes, buscamos visibilizar as operações de consumo de lugares ou ocasiões inventadas estrategicamente pelos/as habitantes de Mallet. Tais operações consistiam nas produções de espacialidades táticas, que em suma revelam algumas das “mil e uma maneiras” de negação da ordem cotidianamente estabelecida pelos/as próprios/as malletenses. Uma exposição das trajetórias dessas pessoas comuns foi a ambição dessa escrita que visa uma história das práticas, das táticas, das resistências sutis que constituíram os sujeitos em Mallet, é para lá que nos dirigimos a seguir.

### **Próxima parada: Estação Marechal Mallet!**

Seguindo a linha férrea *Brazil Railway Company*, após passar nas proximidades do Rio Charqueada, afluente do Rio Potinga, os trilhos nos direcionavam para a Estação Marechal Mallet. O leitor ou leitora que nos acompanha deve saber que Mallet surgiu no contexto de “ocupação” da região sul do Paraná, no final do século XIX.<sup>16</sup> Por volta de 1891 foi criada por iniciativa do governo republicano a Colônia Rio Claro no Vale do Iguaçu. Com a passagem da linha férrea ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, os trilhos passaram nas

<sup>15</sup> Não foram considerados nessa contagem os demais casos praticados nos outros municípios da Comarca, nem os registros de dispensas de multas ou justificativas de faltas também presentes no fundo documental. Vale ressaltar que esse fundo arquivístico não se encontra completo.

<sup>16</sup> Essa estratégia se pautou na ideia de “preenchimento dos vazios demográficos” espaços originalmente ocupados por indígenas, além do branqueamento da população brasileira com o direcionamento político de levar imigrações europeias. SEYFERT. Giralda. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, vol. 53, pp.154-155.

proximidades de Rio Claro em 1903, originando uma nova parada ferroviária a Estação Marechal Mallet em homenagem ao engenheiro João Nepomuceno de Medeiros Mallet.

A estação de trem favoreceu a entrada de diversos migrantes e imigrantes, principalmente de descendência eslava no local. Nas proximidades dos trilhos formou-se um novo núcleo populacional denominado São Pedro de Mallet. Em 1911 esse núcleo contava com um Colégio instalado no Prédio da Sociedade Polaca, para dar conta da instrução da mocidade. A mão de obra era encontrada em engenhos de serrar madeiras, moinhos de cereais, padarias, hotéis, casas comerciais e terras para quem queria lavrar. O desenvolvimento do povoado permitiu que São Pedro de Mallet se desmembrasse de São Matheus do Sul em 15 de abril de 1912<sup>17</sup>, tornando-se município.<sup>18</sup> Nossa breve visita e interesse histórico nesse pequeno povoado se inserem num movimento recente dos/as historiadores/as que têm voltado seus olhos para o passado malletense.<sup>19</sup>

Embora as histórias sobre o passado daqueles que viveram em Mallet no século XX ainda sejam poucas, uma certeza nós temos: não devemos

---

<sup>17</sup> Em 15 de abril de 1912, o lugar tornou-se município denominado São Pedro de Mallet, pela Lei nº 1189 de 15 de abril de 1912, incorporando também o distrito de Rio Claro. No ano de 1921, o distrito judicial de Paulo Frontin foi criado e submetido ao município de São Pedro de Mallet pela Lei Estadual nº 2040, de 26 de março de 1921. Nos distritos surgiram vários quarteirões como Dorizon, Véra Guarany, Rio Azul, Lageado. A lei estadual nº 2645, de 1º de abril de 1929 alterou em 1929 o nome do município de São Pedro de Mallet para apenas Mallet, entretanto essa grafia já aparecia nas fontes antes de 1929. KOSINSKI, Lucas. *Violência e outras práticas cotidianas: Mallet-PR (1914-1940)*. 2018. Dissertação Mestrado em História - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati.

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> Referenciamos algumas contribuições dadas pelos/as pesquisadores/as do Núcleo de Pesquisas em História da Violência (NUHVI), da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Angélica Stachuk tratou dos conflitos interétnicos existentes nos espaços de sociabilidades destinados para o entretenimento malletense. STACHUK, Angélica. *Bailes e festas do barulho: sociabilidade e crime em Mallet/PR, 1925-1965*. 2017. 114 f. Dissertação Mestrado em História - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati. Leonardo Henrique Lopes Soczek discutiu a apropriação das casas comerciais, apresentando aspectos dos crimes frequentemente registrados nesses lugares, bem como importância dos estabelecimentos para as pessoas daquele contexto. SOCZEK, Leonardo. *Práticas criminalizadas em casas comerciais (Comarca de Mallet PR: 1950-1978)* 2018. 193 f. Dissertação Mestrado em História - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati. Camila Biranoski problematizou a partir de uma perspectiva de gênero os crimes sexuais que tiveram mulheres como vítimas na década de 1930. BIRANOSKI, Camila. *Crimes de sedução na década de 1930 em Mallet/PR*. 2018. 106 f. Dissertação Mestrado em História - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati. Gabriel José Pochapski apresentou uma história da criminalidade relacionando as noções de espaços e corpos em um período de intensa elevação dos registros criminais. POCHAPSKI, Gabriel. *Uma história da criminalidade nas matas das araucárias (Mallet-PR, 1931-1950)*. 2018. 442 f. Dissertação Mestrado em História - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Júlio César Franco discutiu a produção de verdades a partir do exercício do poder judiciário através dos processos de crimes sexuais e de homicídios na Comarca de Mallet da década de 1950 até a década de 1970. FRANCO, Júlio César. *Cartografias do Poder em processos criminais (Comarca de Mallet-PR, 1950-1970)*. 2019. 131 f. Dissertação Mestrado em História - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati.

subestimar os seus habitantes. Pessoas astutas e muito habilidosas que com suas práticas teceram a trama de um rico cotidiano. Em meio a esse grande mosaico, dia após dia costurado, notamos que assim como em outros infinitos lugares a violência física era um elemento constituinte da vida social daqueles sujeitos.

Ao deixarmos a Estação Marechal Mallet, situada no centro do quadro urbano, de imediato percebemos que podemos rumar para vários sentidos, são muitos os lugares para se conhecer; as casas residenciais, as casas comerciais, o clube, a delegacia, o quartel da força policial! Antes de detectarmos as espacialidades que nesses ambientes se constituíram, não podemos deixar de lado, os lugares de trânsito, onde a vida pública era cotidianamente escancarada aos olhos das pessoas. Era nas ruas que os/as malletenses viviam boa parte de seus dias. Vejamos algumas das operações de consumo nesses lugares.

### As ruas

No quadro urbano, as ruas principais foram esquadrinhadas assim que fundado o município. Elas receberam nomes vinculados à memória de pessoas ou fatos políticos, locais ou nacionais. Desta maneira, a rua que saía da Estação e seguia em direção ao barracão de madeira foi chamada de Dr. Franco. A que deixava o quadro urbano em direção a Rio Claro era 15 de novembro. A rua do Grupo Escolar foi batizada de Dr. Vicente Machado. Já a que partia da 15 de novembro em direção à Colônia Santa Cruz foi intitulada de 07 de setembro.<sup>20</sup>

As ruas foram construídas com 20 metros de largura para permitir a livre circulação.<sup>21</sup> Para garantir a segurança e a vigilância dos transeuntes, elas foram iluminadas com lâmpadas à base de querosene, presos em postes de madeira de lei, depois, substituídos por lâmpadas elétricas.<sup>22</sup> Embora existisse todo esse cuidado: “a gesta ambulatória joga com as organizações espaciais, por mais panópticas que sejam”.<sup>23</sup> Após a agitação que tomava conta das ruas, seja pela passagem das carroças, dos passos lentos e apressados dos mascates, dos fotógrafos ambulantes, do zelador público ou das demais pessoas que saíam das suas casas, os conflitos aconteciam.

<sup>20</sup> MALLET, Atas da Câmara Municipal, 1913-1927, fl. 11.

<sup>21</sup> A REPÚBLICA. Leis e Posturas da Câmara Municipal de São Pedro de Mallet. 16 de maio de 1913, p.4. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>22</sup> O ESTADO DO PARANÁ: JORNAL DA MANHÃ. Pelos municípios. 7 de janeiro de 1926, p.3. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>23</sup> CERTEAU, op. cit., p.180.

Depois que encerravam suas atividades diárias algumas pessoas se recolhiam no aconchego dos seus lares, outras procuravam diversão na vida noturna. Ao pôr do sol, as luzes eram acesas e as ruas eram ocupadas principalmente por homens. Alguns preferiam as casas de bilhar, onde bebiam, palestravam e depois já um tanto embriagados se dirigiam novamente para suas casas. Foi o que ocorreu na noite de 04 de fevereiro de 1927, Arthur<sup>24</sup>, Álvaro<sup>25</sup>, José Índio<sup>26</sup> e Octacílio<sup>27</sup> bebiam na casa de bilhar de Paulo. De repente Álvaro olhou para Arthur e lhe chamou de “frouxo”.<sup>28</sup> “Posso ser frouxo, mas que não saíra fugido como havia sabido Rocha do Rio Grande”<sup>29</sup> retrucou Arthur.

A provocação correspondida resultou em uma luta corporal. Apartada a briga por José Índio e Octacílio, Álvaro foi até a sua casa, pegou o seu revólver e saiu à procura de Arthur. Fora da casa de bilhar, deparou-se com Octacílio que lhe acompanhou até dobrarem na Rua Dr. Vicente Machado, onde se encontraram novamente com Arthur por volta das 3h da manhã. “Que foi que houve tenente”<sup>30</sup>, gritou Arthur, “nada”<sup>31</sup>, respondeu Álvaro e as discussões recomeçaram no meio da rua. Dessa vez não havia quem separasse a briga e ela foi ficando cada vez mais séria.

Octacílio percebeu que Arthur e Álvaro estavam armados e foi se afastando lentamente dos dois “colegas de trago”, até encontrar um local seguro, onde as possíveis balas que viriam não o atingissem. As luzes da rua não impediram o tiroteio. Depois que a poeira baixou Octacílio avistou José Índio que chegou ao local para saber o que havia acontecido. Na rua, conseguiu avistar Álvaro ferido caminhando na direção de sua casa, Arthur estendido no chão em aparente estado grave. José e Octacílio levaram o baleado imediatamente até à sua casa para receber os cuidados da esposa Laura. Mas Arthur não aguentou os ferimentos e faleceu no seu quarto, logo ao raiar do dia.

Diferentes operações de consumo das ruas também ocorriam nos distritos. No exame das práticas do dia-dia que articulavam as experiências existentes entre lugares e espaços, ruas e práticas “os jogos dos passos moldam os espaços. Tecem os lugares. Sob esse ponto de vista, as motricidades dos

<sup>24</sup> 39 anos, casado, comerciante, brasileiro.

<sup>25</sup> 31 anos, solteiro, viajante, brasileiro.

<sup>26</sup> 35 anos, solteiro, comerciante, brasileiro.

<sup>27</sup> 32 anos, casado, funcionário público, brasileiro.

<sup>28</sup> CEDOC: PB003. 1/7.1, fl.5.

<sup>29</sup> CEDOC: PB003. 1/7.1, fl.5.

<sup>30</sup> CEDOC: PB003. 1/7.1, fl.13.

<sup>31</sup> CEDOC: PB003. 1/7.1, fl.13.



pedestres formam um desses “sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade”, mas “não têm nenhum receptáculo físico”.<sup>32</sup>

As ruas convertiam-se também em espaços de solidariedades. Francisco<sup>33</sup> estava em sua casa na noite de primeiro de maio de 1926 quando foi chamado na frente de sua residência em Paulo Frontin. Era seu vizinho Nestor<sup>34</sup> que lhe pedia ajuda para transportar os dois irmãos Antonio<sup>35</sup> e André<sup>36</sup>, feridos pelo seu cunhado Antonio<sup>37</sup> enquanto trafegavam de carroça pela estrada. A intenção do vizinho era levá-los até à casa de Adão, patrão dos irmãos. Os dois tentaram carregar os feridos, mas, como não suportaram o peso dos dois, voltaram pra casa de Nestor, onde pernoitaram até a chegada do subdelegado de polícia.<sup>38</sup>

Mas nem sempre as pessoas eram solidárias. Após Miguel<sup>39</sup> ter se desentendido com Antonio<sup>40</sup> na sua selaria em Paulo Frontin, na tarde de 21 de julho de 1934, saiu desesperado na estrada gritando “parem parem”.<sup>41</sup> O vizinho Pedro<sup>42</sup>, ao ouvir os gritos, saiu imediatamente de sua casa, e avistou o seleiro, que segurando um pedaço de madeira, se dirigia assim a um cavaleiro: “pare o de sem nome, como se chama, que vou dar parte”.<sup>43</sup> Pedido este ignorado pelo homem a cavalo que pareceu não querer tomar ciência do ocorrido. Desamparado, Miguel voltou para sua selaria.

Nas ruas que os rapazes se encarregavam de acompanhar as moças que saíam da igreja até as suas casas. No caminho, faziam gracejos, corriam, apontavam armas sem medir as consequências. Na noite de 12 de maio de 1928, após a Novena de Maria na Igreja de Dorizon, Elias<sup>44</sup> e Basílio<sup>45</sup> ofereceram

<sup>32</sup> CERTEAU, Op. Cit., p.176.

<sup>33</sup> 54 anos, casado, lavrador, natural da Polônia.

<sup>34</sup> 41 anos, casado, lavrador, natural da Polônia.

<sup>35</sup> Solteiro, lavrador, brasileiro.

<sup>36</sup> 26 anos, casado, lavrador, brasileiro.

<sup>37</sup> 27 anos, casado, lavrador, brasileiro.

<sup>38</sup> CEDOC: PB003. 1/4.1, fl.26.

<sup>39</sup> 29 anos, solteiro, seleiro, natural da Áustria.

<sup>40</sup> 23 anos, solteiro, lavrador, brasileiro.

<sup>41</sup> CEDOC: PB003. 1/109.8, fl.15.

<sup>42</sup> 30 anos, casado, industrial, brasileiro.

<sup>43</sup> CEDOC: PB003. 1/109.8, fl.15.

<sup>44</sup> 22 anos, solteiro, operária da estrada de ferro, brasileiro.

<sup>45</sup> Solteiro, brasileiro.

companhia às moças Maria<sup>46</sup>, Guenia<sup>47</sup>, Catarina<sup>48</sup>, Eufrásia<sup>49</sup> e Augusta.<sup>50</sup> Enquanto Elias ia à frente do grupo com uma lanterna, Basílio corria com uma arma em mãos. Quando chegaram a uma bifurcação, Basílio ficou de cócoras e disparou dois tiros contra o grupo, acertando o quadril de Augusta, que foi carregada até sua casa pelas moças, onde foi medicada.<sup>51</sup>

Deixamos de lado o doloroso episódio na residência de Augusta, após tomarmos conhecimento que ela se recuperou e denunciou Basílio ao subdelegado de polícia, mas ainda permanecemos nas casas, pois já invadimos mesmo o âmbito privado. O padrão habitacional malletense do quadro urbano parecia distinguir-se pouco dos distritos. O que se sabe é que as casas chamavam atenção do passante atento. Até mesmo Cecília Meireles em sua rápida passagem na estação nos anos 1930, dedicou alguns versos sobre as de casas de Mallet.<sup>52</sup>

## As casas

E não era para menos, as habitações do quadro urbano deveriam seguir uma ordem métrica. Quem quisesse construir uma casa deveria fazê-la com no mínimo com 18 palmos de altura, e havia certa proporção entre o tamanho das portas que possuíam no mínimo 2 metros de altura por 53 cm de largura e as janelas de 1 metro de altura e 53 cm de largura. Caso contrário a multa a ser paga era de 10 mil réis.<sup>53</sup> A maioria das casas eram chalés de madeira e cobertos de tabuinhas, as cercas que protegiam as residências e definiam os limites do imóvel, também eram de madeira, geralmente pintadas de cores variadas. No espaço privado é que se encenava boa parte da teatralidade da vida cotidiana nele:

---

<sup>46</sup> 18 anos, solteira, lavradora, brasileira.

<sup>47</sup> 16 anos, solteira, lavradora, brasileira.

<sup>48</sup> 15 anos solteira, lavradora, brasileira.

<sup>49</sup> 15 anos solteira, lavradora, brasileira.

<sup>50</sup> 19 anos, solteira, lavradora, brasileira.

<sup>51</sup> CEDOC: PB003. 1/23.3.

<sup>52</sup> O mais lindo chalé que se avista é o branco, de janelas verdes, que parece estar ali de propósito, esperando alguém que algum dia com mãos puras o venha copiar. É preciso celebrar estas cercas de ripas que os paranaenses estendem ao redor das casas e ao longo dos campos. São de várias cores, umas fininhas, outras bem largas, e terminam sempre em bicos, pintados às vezes de cores diferentes. Elas recordam outras coisas igualmente maravilhosas: rendas de saias antigas, recortes de papel em caixas de figo e em caixas de bonecas. MEIRELES, Cecília. *Crônicas de viagem*. (v.1). 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.85.

<sup>53</sup> A REPÚBLICA. Leis e Posturas da Câmara Municipal de São Pedro de Mallet. 16 de maio de 1915. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira.

As famílias se reúnem para celebrar os ritmos do tempo, confrontar experiências das gerações, acolher os nascimentos, solenizar as alianças, superar as provas, todo aquele trabalho de alegria e de luto que só se cumpre “em casa” toda aquela lenta paciência que conduz da vida à morte no correr dos anos.<sup>54</sup>

Celebrar o ritmo do tempo também fazia parte da vida privada malletense. Quando se tratava do nascimento de uma criança, por exemplo, as famílias se reuniam com os amigos para comemorar a vida, o lugar escolhido: a residência. Esse “templo sagrado” capaz de estabelecer as fronteiras entre o público e o privado, o tolerado e o não tolerado. Lugar da definição de regras de convivência, pois nele “todo visitante é um intruso, a menos que tenha sido explicitamente convidado a entrar. Mesmo neste caso, o convidado deve saber “ficar no seu lugar””.<sup>55</sup>

Seguindo as regras da convivência, no dia 26 de julho de 1936, ocorreu um festejo de batizado na residência de João<sup>56</sup> e Anna<sup>57</sup> no quadro urbano. Uma casa espaçosa ficava de frente para o campo da prefeitura, toda cercada, rodeada de um amplo pátio livre, com um lugar reservado para os animais, outro para o pomar e ainda outro coberto para o forno.<sup>58</sup> Era por volta das 18h quando chegaram ao lugar os primeiros convidados; Marcos<sup>59</sup> e Sofia<sup>60</sup> compadres do casal anfitrião. Horas antes João e Anna pediram à sua filha menor Paranka convidar os vizinhos para celebrar o nascimento do seu mais novo irmão.

Quando as primeiras visitas chegaram Anna pediu imediatamente para que Paranka se recolhesse ao seu quarto, em virtude da conversa de seus pais com os adultos. A menina foi até seu aposento, e, depois de alguns minutos, desobedeceu à ordem da mãe e retornou à cozinha.<sup>61</sup> Na cozinha, Paranka

---

<sup>54</sup> CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. Espaços privados. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 2, p. 206.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p.203.

<sup>56</sup> 68 anos, casado, lavrador, natural da Ucrânia.

<sup>57</sup> 40 anos, casada, doméstica, natural da Áustria.

<sup>58</sup> CEDOC: PB003. 1.114.9.

<sup>59</sup> Não qualificado.

<sup>60</sup> 44 anos, viúva, doméstica.

<sup>61</sup> CEDOC: PB003. 1.114.9, fls-8-18.

avistou seus pais conversando com seus compadres Marcos e Sofia, mais os amigos Miguel<sup>62</sup>, Nicolau<sup>63</sup> e Elias<sup>64</sup> que haviam acabado de chegar ao recinto.

Enquanto alguns proseavam bebendo chimarrão, outros, animados, entoavam canções patrióticas ucranianas ao som do violino de João. De repente, sem ser convidado, entrou na cozinha Afonso<sup>65</sup> disposto a participar da farra. Embriagado, começou a dançar no meio da cozinha. Enquanto João tocava violino, Afonso dançou e pisoteou várias vezes no pé de Paranka, ela reclamou os desaforos e ele revidou com insultos. João, Marcos, Miguel e Elias retiraram o hóspede indesejado do lugar, levando-o até o portão da casa, obrigando-o a sair.<sup>66</sup>

Como estava escuro, ninguém soube dizer o que aconteceu do lado externo. Ao ver as pessoas no pátio, Sofia também se dirigiu para fora. Ao aproximar-se do portão, encostou-se no braço de seu marido Marcos que sem forças caiu morto com um corte na barriga. As acusações recaíram imediatamente sobre o bêbado inconveniente que fugiu dali e correu para o mato.<sup>67</sup> Vamos abandonar a bagunça estabelecida no batizado, pois **já exploramos** os assuntos privados malletenses, talvez até demais! Alguns lugares que sem sombra de dúvidas vinculavam-se às residências e que possivelmente fossem frequentados pela família de João e Anna eram as casas comerciais.

### As casas comerciais

Via de regra, tanto para o quadro urbano quanto para os distritos. Se faltasse algum produto na cozinha como trigo, sal, café ou feijão nada que uma passagem rápida em alguma casa comercial não resolvesse. Conhecidas também como botequins, armazéns ou casas de pastos, esses lugares ocupavam papel de destaque em Mallet. Mas abrir um negócio desses não era tão simples. O proprietário ou proprietária que tivesse a intenção de se dedicar a esse ramo do comércio deveria pagar impostos ao erário público.

A diária de um botequim provisório custava 3 mil réis, no ano de 1912. Em 1928 passou a custar 10 mil réis. Inicialmente um botequim permanente no quadro urbano custava mais caro para se manter do que nos distritos, pois

---

<sup>62</sup> 35 anos, casado, sapateiro, natural da Polônia.

<sup>63</sup> 32, casado, alfaiate, brasileiro.

<sup>64</sup> 44 anos, casado, natural da Polônia.

<sup>65</sup> 23 anos, casado, natural da Polônia.

<sup>66</sup> CEDOC: PB003. 1.114.9, fls-9-18.

<sup>67</sup> CEDOC: PB003. 1.114.9, fls-9-18.

a licença era de 50 mil réis mais o imposto anual de 15 mil réis. Em 1928, o valor da licença subiu para 60 mil réis e o imposto anual para 30 mil réis. Em outro ponto, a licença custava 50 mil réis e 25 mil réis o imposto anual, em 1928 passou a equivaler ao valor do quadro urbano.<sup>68</sup>

Mas muito mais do que lugares destinados às transações econômicas, as casas comerciais eram espaços produzidos pelos operários, lavradores, marceneiros, sapateiros, domésticas, funcionários públicos, donas de casas, homens, mulheres, jovens, adultos e crianças. Para além de comprar as coisas que faltavam no lar “o elevado valor simbólico dos mercados e mercearias de bairro: são de certa maneira (...) os salões de rua, os lugares públicos onde sempre pode “perder um pouquinho de tempo””.<sup>69</sup> Tempo para “palestrar” sobre as novidades, tempo para manter as notícias em dia, tempo para beber cerveja, vinho, e até para acertar contas pendentes.

Foi em frente a alguns frequentadores da Casa Comercial de João, situada no quadro urbano, que Pedro<sup>70</sup> teve vontade de fazer justiça com as próprias mãos, devido a um antigo negócio que não saiu conforme o combinado. Em 15 de maio de 1936, Stefano<sup>71</sup> foi até o estabelecimento de João para comprar milho quando se deparou com Pedro que, enquanto conversava, preparava um cigarro de palha com um canivete. Pedro lhe cobrou uma dívida de 50 mil réis resultado de um corte de xaxim, retirado pela prefeitura quando foi feita a conservação da rua de sua casa. Stefano disse que embora fosse funcionário público, não pagaria, mas cobraria das autoridades competentes.

Nesse instante, Pedro escondeu o canivete entre os dedos, fechou o punho e deu no rosto de Stefano, os dois se atracaram em luta corporal, que só teve fim quando João interviu receoso de prejuízos em seu comércio. Os homens não se apropriavam desses lugares apenas para o acerto de contas. Por vezes, a combinação de homens mais bebidas alcoólicas resultava em desastres! Reuniões regadas a álcool terminavam em lutas graves, nelas uma simples recusa ao convite de beber mais era motivo para exaltação de ânimos, gerando “desinteligências” fatais.

---

<sup>68</sup> SOCZEK, Leonardo Henrique L. KOSINSKI, Lucas, CEZARINHO, Filipe Arnaldo. Criminalidade e práticas comerciais: a formação de casas comerciais em Mallet/PR (1912-1978). *Anais do VIII Congresso Internacional de História, XXII Semana de História da Universidade Estadual de Maringá*. Maringá, 2017, p.4.

<sup>69</sup> MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU; GIARD; MAYOL, Op.Cit., p. 129.

<sup>70</sup> 30 anos, casado, funcionário público, brasileiro.

<sup>71</sup> 44 anos, casado, lavrador, natural da Ucrânia.

No dia 15 de julho de 1927, por volta das 17h, na casa de negócios de Adelino<sup>72</sup>, em Rio Azul, reuniram-se na dita casa comercial, Salvador<sup>73</sup> Manoel<sup>74</sup> e Júlio<sup>75</sup> para tomar umas cervejas, como pagamento de uma aposta de partida de futebol. Segundo Salvador, Adelino pagou aos demais duas garrafas. Terminada a bebida, Júlio pediu a Manoel que pagasse mais uma aos companheiros. Manoel recusou. Júlio disse “então eu pago”.<sup>76</sup> Diante disso, Manoel se levantou dizendo que “uma garrafa de cerveja não quebrava ninguém”.<sup>77</sup> Júlio perguntou se Manoel tinha se zangado, mas este nada respondeu, apenas pegou o seu revólver e buscou acertar Júlio.

Salvador, Adelino e sua esposa, Maria José<sup>78</sup>, que trabalhavam no balcão, interviram tentando acalmar o conflito. Júlio deixou o local e Manoel logo se dirigiu atrás dele, pouco tempo depois, tudo voltou à calma. Maria José foi até o alpendre do estabelecimento conversar com a mulher de Júlio. Enquanto Salvador estava no interior da casa de negócios e Adelino entretido com seus afazeres, ouviu-se o estampido de dois tiros. Salvador correu para fora, onde avistou Júlio se esvaindo em sangue e Manoel montado em seu cavalo, deixando o local.

A recusa ao ato de beber parecia significar uma afronta à honra masculina, pois um episódio semelhante ao de Rio Azul ocorreu em Paulo Frontin. Em 06 de junho de 1940, por volta das 16h, Décio<sup>79</sup> foi à Casa Comercial de Paulo comprar cigarros e lá encontrou Manoel<sup>80</sup> armado de uma faca. Os dois começaram a beber e Manoel a provocar Décio, dizendo que a faca que ele portava “já havia degolado e se lhe custasse degolaria mais alguns”.<sup>81</sup> Depois de ouvir essa provocação, Décio decidiu deixar o local, mas Manoel insistiu que ficasse porque ainda queria beber com ele. A fim de não contrariar com uma atitude grosseira, Décio ficou mesmo contra a sua vontade.

Manoel pediu para que trouxessem duas garrafas de cerveja. Quando as garrafas chegaram, os dois beberam juntos, compartilhando a cerveja e

---

<sup>72</sup> 39 anos, casado, comerciante, brasileiro.

<sup>73</sup> 54 anos, viúvo, lavrador, brasileiro.

<sup>74</sup> Não qualificado

<sup>75</sup> Não qualificado.

<sup>76</sup> CEDOC: PB003. 1/9.2, fl.7.

<sup>77</sup> CEDOC: PB003. 1/9.2, fl.7.

<sup>78</sup> 34 anos, casada, doméstica, brasileira.

<sup>79</sup> 31 anos, casado, funcionário público, brasileiro.

<sup>80</sup> 46 anos, casado, proprietário, brasileiro.

<sup>81</sup> CEDOC: PB003. 1/151.11, fl.6

mais outras provocações.<sup>82</sup> Terminada a bebida, Décio deixou o local, montou em seu cavalo e se dirigiu para Casa Comercial de João. Manoel fez o mesmo, depois de convidá-lo para conversarem mais um pouco na próxima parada. Chegando à Casa Comercial de João, por insistência de Manoel, Décio tomou mais algumas cervejas acompanhadas de ameaças, até Manoel retirar sua faca.

Décio, por sua vez, retirou seu revólver e disparou na porta do boteco. Manoel deixou o local por alguns minutos e reapareceu para “trocar uma desforra”. Décio entregou a arma a João e atracou-se em luta corporal com Manoel.<sup>83</sup> Embora houvesse tantas provocações, essas eram contidas por certo “cavalheirismo” antes dos dois beberem. Recusar a bebida parecia soar tão desonroso quanto ouvir ameaças à virilidade. O que ficou evidente nesse rito simbólico é que a intenção dos dois não era tirar a vida um do outro, mas demonstrar quem era mais forte, quem bebia mais, quem estava mais armado, e quem tinha mais coragem, para pôr um fim na questão com uma luta na rua.

Sigamos o exemplo de Décio e Manoel (não nos referimos à briga) e vamos também nos retirar da Casa Comercial de João. Para esquecer os conflitos cotidianos nada melhor do que uma boa dose de alegria e diversão. E por se referir à diversão, vale mesmo uma passada em um lugar destinado para o entretenimento e distração, para o encontro social, seja ele familiar ou amigável. Lugar de festa, de dança e de animação. Referimo-nos a um ponto de encontro especial: o Clube Malletense.

## O clube

Fundado em 1912, nele ocorriam várias festas, os jornais não deixam mentir. *O Comércio do Paraná* escreveu sobre o baile dado para os/as fiéis de São Pedro na noite de 29 de junho de 1922.<sup>84</sup> A chegada da luz elétrica no lugar ocupou quase meia página no jornal *A República*. A imprensa salientou o contentamento dos/as malletenses com o visível progresso urbano, motivo de festa e churrascada em 31 de dezembro de 1925.<sup>85</sup> As exposições artísticas também chegavam até as colunas sociais. Como foi o caso da exposição das

<sup>82</sup> CEDOC: PB003. 1/151.11, fls.6-9.

<sup>83</sup> CEDOC: PB003. 1/151.11, fls.6-9.

<sup>84</sup> COMMÉRCIO DO PARANÁ. Pequenas notas. 25 de junho de 1922, p.1. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>85</sup> O ESTADO DO PARANÁ: JORNAL DA MANHÃ. Pelos municípios. 7 de janeiro de 1926, p.3. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira.

obras dos estudantes do Grupo Escolar, ao findar o ano letivo de 1932. O evento foi animado por uma banda de jazz, noticiou *O Correio do Paraná*.<sup>86</sup>

Não vamos nos enganar com as notícias dos jornais. Embora o clube fosse comumente apropriado para comemorações, outras espacialidades delinavam-se e zombavam da lógica do lugar. “Entre nós, os grandes relatos (...) da publicidade esmagam ou atomizam os pequenos relatos (...). É urgente que a restauração venha em socorro desses últimos”.<sup>87</sup> De fato, o Clube Malletense era utilizado para o entretenimento pelos/as habitantes de Mallet, porém, às vezes, este lugar se convertia em palco para o desentendimento e confusão.

Como nas festividades carnavalescas ocorridas na noite de 16 para 17 de fevereiro de 1931. No salão, diversas famílias reunidas dançavam, bebiam e farreavam com direito à banda musical, que, enquanto tocava, também bebia garrafas e mais garrafas de cerveja. Era por volta das 02h e os festeiros se retiravam do local. A banda composta por Cesário<sup>88</sup>, Joaquim<sup>89</sup>, Fernando<sup>90</sup> e Alfredo<sup>91</sup> percebeu que o baile estava terminado. Os músicos encerraram suas atividades no palco e começaram a ceiar um frango assado.<sup>92</sup>

A música parou para o descontentamento de José Índio (já mencionado anteriormente) que em visível estado de embriaguez, se recusava a deixar o local da festa. Índio se dirigiu até os músicos e exclamou: “você vieram aqui para dançar ou para farrear?”.<sup>93</sup> Não obtendo respostas foi até o botequim, pegou sua arma e voltou a perguntar: “Vocês vieram aqui para dançar ou para farrear?”.<sup>94</sup> Alfredo deu a seguinte resposta: “Viemos aqui para dançar e farrear”.<sup>95</sup> Índio pareceu não gostar da resposta, pois apontou a sua arma para os músicos e disparou para todos os lados.

O barulho dos tiros soou tão alto que todos se dispersaram. Carlos<sup>96</sup>, que estava atendendo o botequim, tentou fugir pela janela; Salvador<sup>97</sup>, que também

<sup>86</sup> CORREIO DO PARANÁ. Dos municípios. 22 de dezembro de 1932, p.2. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>87</sup> CERTEAU, Michel; GIARD, Luce. Entremeio. In: CERTEAU; GIARD; MAYOL, op. cit., p. 201.

<sup>88</sup> 39 anos, casado, funcionário público, brasileiro.

<sup>89</sup> Solteiro, operário, brasileiro.

<sup>90</sup> 43 anos, casado, operário, brasileiro.

<sup>91</sup> Não qualificado.

<sup>92</sup> CEDOC: PB003. 1/22.3, fls.14-15.

<sup>93</sup> CEDOC: PB003. 1/22.3, fls.14-15.

<sup>94</sup> CEDOC: PB003. 1/22.3, fls.14-15.

<sup>95</sup> CEDOC: PB003. 1/22.3, fls.14-15.

<sup>96</sup> 22 anos, solteiro, auxiliar de comércio, brasileiro.

<sup>97</sup> 31 anos, casado, operário, brasileiro.



se encontrava no botequim, escondeu-se embaixo do balcão; Antonio<sup>98</sup> que se estava na porta de entrada, não pensou duas vezes em se proteger do lado de fora. Até mesmo Paulo<sup>99</sup>, morador das proximidades, acordou de seu sono na cama. Alfredo foi atingido pelas balas de José Índio e faleceu no local. O delegado foi imediatamente chamado, mas José foragiu-se. Os demais envolvidos no conflito tiveram de se dirigir à delegacia de polícia para prestar declarações. Acompanhando o grupo é para lá que nós iremos a seguir.

## A delegacia de polícia

Mallet teve sua primeira delegacia no ano de 1928. Antes disso era considerada subdelegacia de União da Vitória, assim como os distritos de Rio Claro e Paulo Frontin.<sup>100</sup> Em 1926 o delegado de polícia Sylvio relatou a situação das subdelegacias e cadeias ao Chefe de Polícia do Paraná. “Mallet era considerada uma das mais higiênicas e seguras prisões do Estado”.<sup>101</sup> Rio Claro tinha “condições de servir”<sup>102</sup> aos fins que se destinava. Já a de Paulo Frontin foi considerada “uma tapera”.<sup>103</sup>

Esses lugares tinham as funções de deter temporariamente as pessoas acusadas por desordens e servir para se prestar depoimentos sobre acusações criminais. Embora fossem lugares de autoridades, de recorrências para os conflitos interpessoais, a delegacia e as subdelegacias eram acionadas pelos/as moradores para exercerem o controle sobre os outros, principalmente quando essas pessoas eram vizinhas. Algumas estavam dispostas a denunciar os excessos de violências vistos, desde que vissem algum tipo de lucro na denúncia.

Certos vizinhos jogavam com a ordem estabelecida pelos poderes policial e judiciário, escondendo os saberes sobre um crime. Sabiam se unir para disfarçar os “minúsculos espaços de jogo que táticas silenciosas e sutis “insinuum”, como lhe apraz dizer brincando (...) na ordem imposta”.<sup>104</sup> Mas as relações de vizinhança e toda a cumplicidade que as sustentavam se desfaziam

<sup>98</sup> 29 anos, casado, comerciante, brasileiro.

<sup>99</sup> 27 anos, casado, comerciante, brasileiro.

<sup>100</sup> MALLET. Atas da Câmara Municipal, 1913-1927, fl.8.

<sup>101</sup> PARANÁ. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Alcides Munhoz, Secretário Geral do Estado. Pelo Desembargador Clotário de Macedo Portugal Chefe de Polícia*, Curitiba, 1926, p.171.

<sup>102</sup> PARANÁ. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Alcides Munhoz, Secretário Geral do Estado. Pelo Desembargador Clotário de Macedo Portugal Chefe de Polícia*, Curitiba, 1926, p.171.

<sup>103</sup> PARANÁ. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Alcides Munhoz, Secretário Geral do Estado. Pelo Desembargador Clotário de Macedo Portugal Chefe de Polícia*, Curitiba, 1926, p.171.

<sup>104</sup> CERTEAU, op. cit., p. 18.

como um castelo de cartas ao sopro do vento, a partir de uma prática que atentava à conveniência. Afinal, no bairro, eram as regras da conveniência que determinavam “o que não convinha” e “o que não se fazia”.<sup>105</sup>

Havia tempo que o comerciante Washington<sup>106</sup> recebia em sua casa no quadro urbano, a menor Adonilda, a mesma reclamava a ele e à sua esposa Alda<sup>107</sup> sobre os castigos que frequentemente recebia dos seus tios. No dia 05 de setembro de 1933, Adonilda apresentou-se ferida, e, devido às queixas da menor, Washington “resolveu comunicar o fato ao delegado de polícia”.<sup>108</sup> Adonilda disse ao delegado que seus tios Odilão<sup>109</sup> e Cornélia<sup>110</sup> adotaram-na devido a seus pais não terem condições de criá-la. Os tios prometeram roupas e cuidados, mas assim que ela chegou a Mallet “começaram a lhe a infligir maus tratos, exigindo dela (...) serviços impróprios para a sua idade”.<sup>111</sup>

Disse, ainda, na delegacia que “várias vezes foi submetida a castigos ficando grande parte do tempo de joelho com os braços erguidos e com um tijolo em cada palma de mão, por várias vezes enchiam a boca dela (...) com panos”<sup>112</sup> para que os vizinhos não a ouvissem gritar. Disse, também, “Que os castigos de joelhos com tijolos cada mão ainda era acrescentado de grãos de milho”<sup>113</sup>, e que passava fome, “por esse motivo uma das vizinhas a chamou escondido de seus tios e lhe deu dois ou três pastéis”.<sup>114</sup> O delegado decidiu intimar os tios de Adonilda para esclarecer a situação.

O tio de Adonilda, Odilão, negou a acusação, afirmando ser sua casa um lugar onde a menina “sempre foi tratada com carinho, que (...) nunca bateu nem maltratou Adonilda, limitando-se apenas em lhe dar conselho (...) assim atribue a queixa à imaginação de Adonilda”.<sup>115</sup> O delegado não se deu por satisfeito, pois intimou os que moravam nas proximidades para ter certeza que as declarações de Odilão eram verdadeiras e que conseqüentemente Adonilda **não sofreu** de maus tratos.

<sup>105</sup> MAYOL, Pierre. Morar. In: In: CERTEAU; GIARD; MAYOL, op. cit., p. 46.

<sup>106</sup> 32 anos, casado, comerciante, brasileiro.

<sup>107</sup> 29 anos, casada, de prendas doméstica, brasileira.

<sup>108</sup> CEDOC: PB003. 1/ 47.5, fl.9.

<sup>109</sup> 22 anos, casado, ferroviário, brasileiro.

<sup>110</sup> 19 anos, casada, doméstica, brasileira.

<sup>111</sup> CEDOC: PB003. 1/ 47.5, fl.6.

<sup>112</sup> CEDOC: PB003. 1/ 47.5, fl.6.

<sup>113</sup> CEDOC: PB003. 1/ 47.5, fl.7.

<sup>114</sup> CEDOC: PB003. 1/ 47.5, fl.7.

<sup>115</sup> CEDOC: PB003. 1/ 47.5, fls.9-10.

Washington disse ao delegado que, embora a menina aparecesse em sua casa maltratada, “a sua mulher visitava a casa do indiciado assiduamente. Que apesar disso, Alda (...) nunca referiu a este ter visto o indiciado maltratar a criança”.<sup>116</sup> A esposa de Washington, Alda, amiga de Cornélia, disse que não podia afirmar ser verdadeira a denúncia, pois, pelo fato da vizinha ser amiga da mulher do indiciado, costumava frequentar a casa do casal “nunca tendo visto a menor ser maltratada”.<sup>117</sup> Ocorreu que, no andamento do inquérito Alda e Cornélia se desentenderam. O motivo: uma batida de janela. Alda enviou um bilhete para Cornélia:

Excma Cornélia,

No primeiro dia que bateres a janela como fizeste a pouco irei a Delegacia e contarei toda verdade. Olhe, mal agradecida se não fosse eu ter pedido que não fizessem nada a teu marido, onde ele estaria agora? Se chego na janela é para entreter as crianças na vidraça, e não para olhar para teu palacete. Acho melhor deixar dessas tuas brutalidades, porque ainda poderá te ser muito prejudicial. Não sabes com quem tractas!/? Alda.

Cansei de ouvir surrar a creança e de pena de você e de teu marido, disse que nunca ouvi. Mas...<sup>118</sup>

Quando Cornélia foi intimada para prestar depoimento, na delegacia, enfatizou o carinho com que seu marido tratava Adonilda: “toda vez que o marido (...) vinha do emprego Adonilda ia lhe encontrar e aquele sempre trazia doces”.<sup>119</sup> Mas quando foi questionada sobre a denúncia, Cornélia pareceu não saber que Alda não havia levantado acusações contra ela e seu marido, pois apontou o motivo como ciúmes, e deixou escapar um episódio em que “certa vez para a refeição (...) fechou uma janela de sua casa e esta (Alda) achando desaforo lhe mandou um bilhete malcriado”.<sup>120</sup> O delegado não pensou duas vezes e confiscou-lhe o bilhete com as supostas ameaças.

O bilhete serviu como prova para o delegado embasar o inquérito. Depois de recolhê-lo e anexá-lo aos autos julgou procedente a denúncia e enviou o caso ao juiz de paz. Intimadas os vizinhos, o promotor público perguntou para Alda o motivo do envio do bilhete, mas ela respondeu que no momento “sofria dos nervos”, permanecendo sem levantar acusação nenhuma contra a família de Cornélia. Assim, o seu testemunho, associado aos das

<sup>116</sup> CEDOC: PB003. 1/ 47.5, fls.9-10.

<sup>117</sup> CEDOC: PB003. 1/ 47.5, fl.10.

<sup>118</sup> CEDOC: PB003. 1/ 47.5, fl.16.

<sup>119</sup> CEDOC: PB003. 1/ 47.5, fl.14.

<sup>120</sup> CEDOC: PB003. 1/47.5, fl.14.

demais pessoas que enfatizaram não terem visto o tio machucar a sobrinha, possibilitou com que não fosse comprovada a denúncia do inquérito policial.

O bilhete, escrito “sob um ataque de nervos” revela a contradição com o depoimento de Alda, que, para o delegado, afirmou não ter visto Odilão maltratar Adolinda e revela também uma apropriação do exercício do poder judiciário. A partir de uma suposta prática de violência, a família de Alda tentou exercer o controle sobre a família de Cornélia. Práticas semelhantes aconteceram quando algumas testemunhas foram intimadas para responder os inquéritos nas subdelegacias. Mesmo não tendo nada para falar sobre as acusações, as testemunhas não deixaram de posicionar sobre os fatos, difamando as pessoas cujo/as mesmos/as não tinham muita simpatia ou que julgassem culpadas por um ato considerado criminoso.

Janena<sup>121</sup> era moradora da Serra do Tigre, e conforme relataram os vizinhos, ela tinha o péssimo costume de atormentar a vizinhança, se tornando um exemplo claro de inconveniência. Após Janena quebrar os vidros da residência de André<sup>122</sup> em 19 de março de 1919, este orientou o menor Thomaz para ir ao encontro de Janena e atirar na vizinha desordeira. O fato ocorreu na tarde do mesmo dia da quebra das vidraças. Como Thomaz era menor de idade, a acusação recaiu sobre André. Quando os vizinhos foram intimados para esclarecer os fatos na subdelegacia, nenhum reprovou a atitude do réu.

Simão<sup>123</sup> disse que não sabia quem havia feito os disparos, mas sabia que “Janena era dada a malfetorias contra os seus vizinhos até susto dava para fazer a noite”. Disse mais: “Que a vítima costumava quebrar vidraças dos vizinhos, arrombar cercas dos quintais para soltar o gado. Que após o falecimento dela desaparecem esses distúrbios”<sup>124</sup>. Demétrio<sup>125</sup> não viu o crime, mas afirmou: “Quando bebia Janena atormentava os vizinhos e tornava-se instrumento de ódios alheios”.<sup>126</sup> Nicolau<sup>127</sup> testemunhou que nada viu, mas: “sabe por ouvir dizer que Janena tinha o gênio irritadíssimo e brigava com os vizinhos e com o próprio marido”.<sup>128</sup>

---

<sup>121</sup> Não qualificada.

<sup>122</sup> 45 anos, casado, comerciante, natural da Ucrânia.

<sup>123</sup> 47 anos, casado, lavrador, natural da Ucrânia.

<sup>124</sup> CEDOC: PB003. 1/39.4, fl.11.

<sup>125</sup> 52 anos, casado, lavrador, natural da Ucrânia.

<sup>126</sup> CEDOC: PB003. 1/39.4, fl.11.

<sup>127</sup> 49 anos, casado, lavrador, natural da Ucrânia.

<sup>128</sup> CEDOC: PB003. 1/39.4, fl.13.

Da mesma forma agiram os vizinhos de Pedro<sup>129</sup> e Gregório<sup>130</sup>, acusados por terem assassinado Pedro<sup>131</sup> em 10 de janeiro de 1928, depois de Pedro invadir a casa dos outros dois citados. João<sup>132</sup> disse que Pedro e Gregório “não são bons vizinhos e que estão sempre em questão com os vizinhos mais próximos. Nas ameaças que fazem aos seus vizinhos, promete sempre o uso de ballas”<sup>133</sup>. Nicolau<sup>134</sup> aproveitou a oportunidade para queixar-se “que os porcos e gados de Gregório, destroem as suas lavouras de mandioca e milho”.<sup>135</sup> Ignácio<sup>136</sup> afirmou que Pedro era bom, “mas que o velho havia prometido matar seu pai, que quando bebe, maltrata todo mundo”.<sup>137</sup>

Esse e os demais casos demonstram como as estratégias do poder judiciário de controlar a violência eram burladas por diferentes astúcias, as pessoas tentavam se apropriar desse exercício de acordo com os seus próprios interesses e convicções. Nossa estadia por Mallet se aproxima do fim, mas antes de deixarmos o município vale uma última caminhada em direção a outro lugar de hierarquia e, conseqüentemente, de contestação hierárquica, nos referimos ao quartel da força policial.

### O quartel da força policial

A preocupação com a segurança e a ordem pública era evidente desde a primeira Constituição do Município. Conforme a legislação, o controle da ordem ficou a encargo do prefeito, uma das obrigações do gestor era: “Dispor a Polícia Municipal e prover-lhe os cargos”.<sup>138</sup> A situação modificou-se a partir de 1917, pois o Decreto nº473 de 9 de julho de 1917, organizou a força policial, e passou a denominá-la “Força Militar do Estado”, como instituição unificada

<sup>129</sup> 21 anos, casado, lavrador, brasileiro.

<sup>130</sup> Casado, lavrador, natural da Ucrânia.

<sup>131</sup> Não qualificado.

<sup>132</sup> 48 anos, casado, lavrador, natural da Ucrânia.

<sup>133</sup> CEDOC: PB003. 1/16.2, fl.18.

<sup>134</sup> 28 anos, casado, lavrador, brasileiro.

<sup>135</sup> CEDOC: PB003. 1/16.2, fl.18.

<sup>136</sup> 23 anos, solteiro, lavrador, brasileiro.

<sup>137</sup> CEDOC: PB003. 1/16.2, fl.21.

<sup>138</sup> A REPÚBLICA. Constituição do Município de São Pedro de Mallet. 16 de maio de 1913, p.3. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira.

e auxiliar do Exército.<sup>139</sup> Três anos depois, a Força Militar de Mallet era composta por um único soldado.<sup>140</sup>

No ano de 1926 a situação era grave, pois Mallet ficou sem destacamento. “Outra medida essencial para segurança pública, seria a organização de pequenos destacamentos de 1 sargento, 1 cabo e 2 praças (...) e um pouco maior em número de praças, na sede do município de Mallet (...)”<sup>141</sup>, visto que nos últimos anos o lugar ficou sem quartel, salientou o delegado de polícia de União da Vitória em relatório enviado ao Chefe de Polícia do Estado. Em 1930, o quartel estava construído no quadro urbano e contava, ao menos, com um destacamento composto por um sargento, um cabo e um soldado.<sup>142</sup>

Entre uma inspeção e outra os policiais praticavam a ordem. Entretanto, em certas ocasiões, valendo-se do exercício de poder da instituição, alguns policiais agiram de forma não institucional. “Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia. Traduzindo: tanto mais se torna tática”.<sup>143</sup> Exemplo, o ocorrido na noite de 05 de junho de 1930, quando o sargento Gabriel<sup>144</sup> e o praça Antonio<sup>145</sup> realizaram uma inspeção no bordel do quadro urbano. No local, o praça deparou-se com Manoel<sup>146</sup> e de imediato anunciou uma revista. Manoel recusou e disse ser cidadão e “ordeiro em toda villa de Mallet”.<sup>147</sup>

Depois de muita relutância, Manoel consentiu na revista. Insatisfeito, Antonio iniciou uma discussão que só teve fim quando o sargento Gabriel entrevistou, ordenando que o praça se retirasse do Bordel. Antonio deixou o local, mas, alcoolizado, se arrependeu e voltou. Após um novo desentendimento entre Antonio e Manoel, Gabriel que continuou no lugar, obrigou Antonio a acompanhá-lo até o quartel. Antonio retornou ao quartel com o sargento, esperou este dormir e depois rumou novamente em direção ao bordel.

<sup>139</sup> PARANÁ. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Afonso de Camargo Presidente do Estado. Pelo Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretário d' Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução pública*. Curitiba, 1917, p.7.

<sup>140</sup> PARANÁ. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Affonso Alves de Camargo. Secretário Geral do Estado. Pelo Desembargador. Luiz de Albuquerque Maranhão Chefe de Polícia*, Curitiba, 1920, p.16.

<sup>141</sup> PARANÁ. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Alcides Munhoz, Secretário Geral do Estado. Pelo Desembargador Clotário de Macedo Portugal Chefe de Polícia*, Curitiba, 1926, p.191.

<sup>142</sup> Aventamos essa hipótese porque a partir dos processos criminais processados no ano de 1930, encontramos os/as depoentes mencionarem a existência do quartel, bem como destacamento policial.

<sup>143</sup> CERTEAU, op. cit., p. 95.

<sup>144</sup> 47 anos, casado, sargento ajudante do primeiro batalhão de policia da força militar do Paraná, brasileiro.

<sup>145</sup> 43 anos, casado, sargento comandante, brasileiro.

<sup>146</sup> Não qualificado.

<sup>147</sup> CEDOC: PB003. 1/17.2, fl.11.

Enquanto isso, Manoel estava em um dos quartos com Domasília que ouviu Antonio procurar por Manoel e insistiu para que fugisse, mas ele respondeu: “Que não levantava e que sustentava dali mesmo”.<sup>148</sup> Após muita insistência, deixou o quarto, mas saiu pela porta da frente. Lá fora, deparou-se com Antonio que falou: “Pare se não você morre”.<sup>149</sup> Manoel disse: “Não me mate que eu não sou culpado e morro inocente”.<sup>150</sup> Mesmo assim, Antonio desfechou dois tiros que causaram a morte de Manoel, depois retornou ao quartel e contou tudo ao sargento.

Além de atuar na vigilância ao fazer rondas em locais públicos e privados, a força policial era acionada para resolver diferentes problemas cotidianos, até mesmo desinfetar riachos. No dia 25 de março de 1931, por volta das 16h, compareceram em Cachoeira, Antonio<sup>151</sup> e Anselmo<sup>152</sup> para cumprir ordem do subdelegado de polícia de retirar um novelinho morto de um rio que abastecia a localidade. Antonio e Anselmo viram que não era possível efetuar o serviço e decidiram fazê-lo em outro dia.

Essa resolução revoltou os ânimos de Estanislau<sup>153</sup> e de seu filho, João<sup>154</sup>, que moravam no local; os dois discutiram com Antonio. Como é que se pode viver sem água limpa?<sup>155</sup> A discussão soou como afronta ao inspetor policial e ao soldado. “Quem pode ir contra uma decisão dos representantes da lei?!” A situação ficou enalorada e foram disparados tiros que resultaram na morte de João<sup>156</sup>, Estanislau<sup>157</sup> e João Augusto<sup>158</sup>, além de ferimentos em Marciliano<sup>159</sup> e Luciano<sup>160</sup>, que também tomaram parte do conflito. A confusão sugere a precariedade da instituição, bem como as dificuldades do Estado em implantar um aparato policial consistente em Mallet.

<sup>148</sup> CEDOC: PB003. 1/17.2, fl.15.

<sup>149</sup> CEDOC: PB003. 1/17.2, fl.11.

<sup>150</sup> CEDOC: PB003. 1/17.2, fl.11.

<sup>151</sup> 22 anos, casado, inspetor policial, brasileiro.

<sup>152</sup> 22 anos, solteiro, soldado, brasileiro.

<sup>153</sup> Não qualificado.

<sup>154</sup> 22 anos, solteiro, lavrador.

<sup>155</sup> CEDOC: PB003. 1/90.7.

<sup>156</sup> Não qualificado.

<sup>157</sup> Não qualificado.

<sup>158</sup> Não qualificado.

<sup>159</sup> 20 anos, solteiro, lavrador.

<sup>160</sup> 22 anos, solteiro, lavrador.

Os limites das tentativas institucionais também são visíveis a partir das práticas dos inspetores de quarteirão. Alguns escondiam os saberes sobre o crime a partir de acordos privados. Em 14 de março de 1932 Júlio<sup>161</sup> e seu empregado Jorge<sup>162</sup> galopavam pelas estradas de Véra Guarany, após uma ligeira discussão entre os dois Júlio disparou quatro tiros, sendo que um deles, ao acertar o peito, derrubou Jorge do cavalo. Depois, acrescentou: “Te matei bandido”<sup>163</sup>, Jorge respondeu: “Ainda não estou morto, e te peço, por favor, que não me acabe de matar, pois eu tenho contas a entregar-te”.<sup>164</sup> O patrão concordou: “Eu não te mato, mas não faça parte de mim para as autoridades”.<sup>165</sup>

Feito o acordo, Júlio levou Jorge para sua casa e o medicou durante dois dias. Recuperado, Jorge prestou queixas ao subdelegado. Entre as testemunhas intimadas, estava Camilo<sup>166</sup> o próprio inspetor do quarteirão, Camilo não se qualificou como inspetor, mas sim, como lavrador; depôs que viu o ferimento no peito de Jorge, e que ainda firmou um pacto com o ofendido, o de não contar nada do que sabia ao subdelegado de polícia, mesmo se Jorge tivesse morrido. Disse, ainda, que Jorge “não tem morada certa, é muito pobre”<sup>167</sup> e que Júlio “como chefe de família é bom”.<sup>168</sup>

Ao ser indagado sobre o fato, respondeu apenas ter atendido ao pedido da vítima. Para encerrar, a promotoria salientou que “(...) refutaria as medidas necessárias para agir na forma de direito contra o Inspetor Policial”.<sup>169</sup> Esse fato ilustra como a vigilância policial, poderia ser facilmente burlada por um simples “acordo de bocas” e que os pactos privados valiam mais do que as leis. Se Jorge não tivesse se arrependido e denunciado o fato, o inspetor policial não teria dado prosseguimento à acusação e Júlio não teria respondido processo.

Não nos restam razões para crer que outras denúncias nem se quer foram processadas por seguirem a mesma dinâmica. Afinal, a contestação da ordem parecia ser uma das características do povo de Mallet. Hora de encerrar o expediente no quartel, pois nossa visita terminou. Outras visitas serão possíveis na medida em que novas fontes e novas perguntas sejam formuladas.

<sup>161</sup> 34 anos, casado, lavrador, brasileiro.

<sup>162</sup> 49 anos, solteiro, lavrador, brasileiro.

<sup>163</sup> CEDOC: PB003. 1/40.4, fl. 27.

<sup>164</sup> CEDOC: PB003. 1/40.4, fl. 27.

<sup>165</sup> CEDOC: PB003. 1/40.4, fl. 27.

<sup>166</sup> 53 anos, casado, lavrador, brasileiro.

<sup>167</sup> CEDOC: PB003. 1/40.4, fl. 36.

<sup>168</sup> CEDOC: PB003. 1/40.4, fl. 36.

<sup>169</sup> CEDOC: PB003. 1/40.4, fl. 36.



No momento, as que temos nos permitiram construir uma versão sobre o passado, versão que revela parte das trajetórias dessas pessoas anônimas, ordinárias e sem fama.

### Considerações finais

Ao escrevermos uma história sobre as trajetórias das pessoas comuns, nos assemelhamos ao coletor de sucata “Acusado de roubar, de recuperar material para seu proveito próprio e utilizar as máquinas por conta própria, o trabalhador que “trabalha com sucata”, subtrai a fábrica tempo, em vista de um trabalho livre criativo e precisamente não lucrativo”.<sup>170</sup> Ao recuperarmos os relatos de nossas fontes, em especial, seja dos processos criminais, ou dos outros documentos oficiais há tanto deixados de lado, reintroduzimos as práticas ordinárias na escrita.

Embora não seja um trabalho lucrativo, não significa que seja um trabalho sem sentido. Seu valor está na constante permanência das práticas desviantes, pois “os mecanismos de resistência são os mesmos, de uma época para outra, de uma ordem para outra, pois continua vigorando a mesma distribuição desigual de forças”.<sup>171</sup> Assim, reforçamos o argumento de Luce Giard, de que, ao voltarmos os olhos para o passado das práticas cotidianas podemos “compreender aquilo que o imprevisível nos ensinou a respeito de nós mesmo, ou seja, aquilo, que, então, nos tornamos”<sup>172</sup>.

Daquilo que cada um faz o que é que se escreve?<sup>173</sup> No contexto estudado procuramos uma resposta. Destacamos as apropriações táticas das ruas. Nelas, as pessoas astutas brincavam com as estratégias políticas, moldavam espaços de dor, de solidariedade ou, em alguns casos, de ausência dela. O mesmo acontecia nas casas residenciais, lugar de celebração dos ritmos do tempo, das regras da convivência e da quebra das mesmas. As operações de consumo eram visíveis nas casas comerciais, o valor desses lugares se estendia para além das transações econômicas, pois neles constituíam-se espaços de comunicação, de (des) certos de contas e firmação das masculinidades.

Cotidianamente os corpos atribuíam outros significados ao lugar do clube, para entreter, mas também para brigar e quebrar todas as convenções sociais civilizadamente estabelecidas. Até mesmo os exercícios estratégicos

<sup>170</sup> CERTEAU, op. cit., p.82.

<sup>171</sup> GIARD. Luce. Apresentação. In: CERTEAU, op. cit., p.12.

<sup>172</sup> Ibidem.

<sup>173</sup> CERTEAU, op. cit., p.100.

dos poderes judiciário e policial eram constantemente burlados por técnicas de bricolagem. Enfim, a resposta para pergunta inicial pode ser melhor sintetizada pelo próprio Certeau; o estudo das práticas ordinárias, no mínimo, “preserva a diferença”.<sup>174</sup>

Artigo recebido para publicação em 07/11/18

Artigo aprovado para publicação em 29/10/19

---

<sup>174</sup> CERTEAU, Op.Cit., p.100.